

Imigração e permanência do sonho¹

Immigration and staying in the dream

■ MARIA CRISTINA DADALTO*

RESUMO

Propõe-se analisar o processo imigratório de latinos recentemente assentados no Brasil, partindo de uma perspectiva teórico-metodológica de Abdelmalek Sayad acerca do significado de ser um imigrante e análise do discurso impresso na mídia nacional sobre a população migrante. O objetivo é avaliar se esse discurso apreende a experiência imigratória e apresenta o sonho de manutenção do projeto de se submeter a qualquer condição extrema de dificuldades para superar a pobreza do país de onde partiu. Conclui que a narrativa jornalística realizada ignora tal processo, além de não conseguir, de modo geral, entender esse desejo que ultrapassa a fronteira de séculos – no qual se alteram os personagens, mas nunca a crença de uma vida melhor.

Palavras-chave: Imigração, representação social, América Latina

ABSTRACT

It proposes to analyze the immigration process of Latin American recently settled in Brazil, from the theoretical-methodological perspective of Abdelmalek Sayad about the meaning of being an immigrant and analysis of the speech printed in the national media about the migrant population. The aim is to evaluate whether this speech gets the experience of immigration and presents the dream of keeping the project of undergo any extreme condition of difficulty to overcome the poverty in the country he left. Concludes that the newspaper story carried ignores this process, and can't, in general, understand this desire that goes beyond the line of centuries - in which they interchange the characters, but never the belief of a better life.

Keywords: Immigration, social representation, Latin America

* Professora permanente dos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em História da UFES. Doutora em Ciências Sociais pela UERJ. E-mail: mcdadalto@gmail.com

1. Este artigo faz parte dos resultados parciais de pesquisa realizada com apoio do CNPq.

O SER E O QUERER

FATO DE DUPLA dimensão, coletiva e individual (Sayad, 1998), a complexidade do processo da emigração/imigração é narrada desde a Antiguidade Clássica por meio das aventuras de Ulisses. Nos últimos dois séculos, dada a intensidade desse fenômeno, teorias econômicas, demográficas e sociológicas tentam explicar as motivações de quem deixa seu país, sua cidade, seu lar, seus amigos e sua família para se assentar, temporariamente ou permanentemente, em outro local.

De acordo com Gibney (2009), o que move as pessoas em seu deslocamento para outros países, e internamente em seu próprio local de nascimento, é a busca de mais e melhores oportunidades econômicas para si e para suas famílias. Ou, como acontece com os refugiados, para procurar um país em que se possa desfrutar de direitos básicos e de segurança. Entrementes, há de se observar que a desigualdade entre estados e regiões é um dos principais fatores a impulsionar a migração.

Gibney alerta para o fato de que a migração não é puramente uma consequência da desigualdade, como também uma causa para tal – uma vez que, em geral, inclui pessoas que passaram a maior parte das suas vidas em um país mais pobre. Portanto, com pouca oportunidade de acumular o capital ou os recursos comumente realizados por residentes estabelecidos no país de destino. Porém algumas das mais importantes desigualdades geradas pela migração contemporânea não é econômica, e, sim, política. O movimento de pessoas entre jurisdições soberanas normalmente (com exceção da dupla nacionalidade) envolve quem se desloca de um país onde detém pleno direito, para um em que, muitas vezes, fica à margem de qualquer direito.

Desse modo, o movimento migratório poderá originar contingentes de indivíduos excluídos de cidadania, posto que, residindo em lugares nos quais não são considerados como membros efetivos, permanecem alijados dos direitos reservados aos nativos. No entanto, cabe lembrar, em quaisquer países, do mais rico ao mais pobre, do mais democrático ao mais autoritário, a sociedade é constituída por indivíduos cidadãos e não cidadãos.

Para Sayad (2000), o fenômeno migratório está sempre associado a uma necessidade–ausência: trabalho. É pela falta dele que milhares de pessoas abandonam o espaço físico no qual está construído seu sentido de ser e de pertencer ao mundo. Necessidade que se transforma em ilusão de uma possibilidade criadora de mobilidade social, pretensamente a ser encontrada em outra cidade, em outro país.

Assim, ao se tentar estabelecer uma discussão sobre estes aspectos assinalados, deve-se marcar como ponto de partida um princípio comum: a dualidade

da dimensão emigrante–imigrante. Estar presente num espaço, como imigrante, significa estar ausente do outro, como emigrante. Estar numa relação de convivência com um grupo, como imigrante, requer não compartilhar o cotidiano de seu grupo original.

Estabelecida tal dualidade, pode-se analisar toda sua complexidade em relação ao tempo e ao espaço físico: o geográfico, o social, o antropológico, o político, o econômico, o psicológico e o histórico. Enfim, em todas as dimensões nas quais o ser humano se constitui como ser social. A ambivalência desta dualidade emigrante–imigrante cria marcas, muitas indelévels, uma vez que tanto a ausência (emigração), como a presença (imigração), possibilita efeitos a curto, médio e longo prazo.

As implicações desse processo se apresentam, para o imigrante, como sinais na evocação sonhadora do cotidiano dos lugares longínquos mapeados no tempo passado; numa existência, muitas vezes, irreal – e que se baseia numa presença/ausência fantasmagórica, que se desenvolve simultaneamente à vida presente. Entrementes, este fato não se refere apenas ao ser emigrante–imigrante: compartilha-o a sociedade de emigração e a de imigração.

Mas se há tanta dor, por que por séculos subsequentes o homem continua a buscar o exílio para suprir a falta do trabalho? Neste caso, pela convicção de que isso não passa de uma provação (Sayad, 1998), e, para muitos, pela absoluta certeza de que haverá uma melhoria substancial em sua qualidade de vida. Mesmo que nessa suposta melhoria certamente esteja implícita a certeza de uma carga horária de atividade e de um esforço físico superiores aos realizados em seu país de origem. O trabalho, pondera Sayad, é a razão de ser do imigrante, e esta razão domina-o em todo o seu conteúdo.

Nessa direção, este artigo tenciona refletir sobre o processo migratório vivenciado por latinos e reportado na mídia brasileira, tendo como suporte a coletânea de matérias jornalísticas sobre o tema reproduzido no *Boletim Mobilidade Humana*, desenvolvido pelo Centro Scalabrino de Estudos Migratórios (CSEM)¹.

Visa apreender, por meio da análise de discurso das matérias publicadas entre os meses de junho de 2009 e julho de 2010, a representação social produzida sobre esses imigrantes pela mídia nacional. Pressupõe que as matérias publicadas carecem de uma compreensão sócio-histórica e cultural da constituição do ser imigrante, como propõe Sayad (2000). Utiliza-se, para efeito do estudo, o referencial metodológico da teoria das representações sociais.

Considera-se que a abordagem das representações sociais, enquanto fenômeno multidisciplinar, possibilita uma compreensão para refletir sobre o modo como os grupos e ou indivíduos lutam para dar sentido ao mundo cotidiano.

1. Disponível no endereço <www.csem.org.br>.

Como fazem para entendê-lo e para nele encontrar o seu lugar, na conformação de uma identidade social e individual. De acordo com Junqueira (2005), isso significa deixar claro que as representações sociais estão necessariamente radicadas na arena pública e nos processos por meio dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de outros.

AS REPRESENTAÇÕES

Refletir sobre determinado grupo de indivíduos envolve compreender uma dada comunidade interpretativa de pessoas que, habitualmente, faz representações de um tipo particular para outro e que, ainda, utilizam-nas rotineiramente para objetivos padronizados (Becker, 2009).

Desse modo, as representações são veiculadas na vida cotidiana. Entre seus suportes estão os discursos e também os comportamentos e as práticas sociais nas quais estes se manifestam. São, outrossim, documentos e histórias que ficam institucionalmente fixados e codificados. É na cadência das relações sociais que as representações são construídas, mantidas e transformadas pelos grupos ou classes em sua existência diária.

É nessa perspectiva que o artigo propõe analisar a correlação entre a imigração de latino-americanos e a produção sobre a temática realizada pela mídia nacional. As representações sociais são elaboradas em meio a processos de práticas sociais, trocas e interações, portanto, se constituem no meio entre o individual e o social. Apesar da ancoragem inicial, possuem a característica de estar em permanente construção. Partilham um objeto comum e, por serem compartilhadas, efetivam divisões específicas que conferem autonomia ao sujeito.

Sendo fenômenos complexos e ativados na ação da vida social, possuem diversos elementos nas dimensões informativas, cognitivas, ideológicas e normativas, configurando crenças, valores, atitudes, opiniões e imagens. É nessa abordagem que a experiência dos imigrantes se desvela no compasso, aqui desenhado, do cotidiano de indivíduos e grupos que perseguem as inquietações de um sonho coletivo construído ao longo da história humana.

No compartilhamento das concepções, por meio do diálogo cotidiano, ativam-se conhecimentos complexos. Assim, permite-se ponderar que os espaços a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e falar são edificados a partir de discursos e de sistemas de representação (Woodward, 2000). Nesse caso, ajuíza-se que a identificação – dada pela ação e, posteriormente, pela atribuição dos significados relevantes para tal ação – é determinada pelo contexto social em que ele está inserido.

É por meio dos significados produzidos pelas representações que o sujeito dá sentido à sua experiência e àquilo que ele é. Dessa forma – estabelecendo um processo cultural no qual as identidades individuais e coletivas, configuradas em sistemas simbólicos – fornecem possíveis respostas às inúmeras questões que surgem corriqueiramente.

Segundo Charaudeau (2003), todo ato de linguagem é um ato de comunicação. Nesse sentido, assevera que a comunicação é o fenômeno social por meio do qual os indivíduos, vivendo em coletividade, buscam relacionar-se uns com os outros. E, envolvidos na interação, definem regras e normas de vida em sociedade, além de criar formas de pensar que lhes permitam reconhecerem-se como participantes de uma identidade cultural comum.

Partindo-se deste princípio, a instância da linguagem apresenta-se como ato de comunicação por meio do qual o homem representa o mundo para si mesmo e para seu semelhante. E, mais que isso, representa-se para si e para o outro, uma vez que se capacita a compreender a relação entre os indivíduos que compõem o grupo social. A linguagem constitui o fenômeno capaz de instaurar o lugar sociocultural. Infere-se, daí, o conceito de discurso, que, para Orlandi “é palavra em movimento, prática de linguagem” (2003:15).

Tal constatação leva às noções de sentido, de ideologia, de sujeito e de interpretação. Assim, se constata que não há sentido que não seja ideológico. Nessa direção, pensa-se também a interpretação – isto é, procura-se explicitar os processos de significação que se configuram no discurso, os mecanismos de produção de sentido que estão funcionando no momento da enunciação.

A perspectiva deste trabalho pondera que a mídia atua na construção da realidade social, uma vez que vai ordenar o campo simbólico no qual normas de condutas, valores e comportamentos são institucionalizadas ao produzir seu discurso. Nesta acepção, as representações de indivíduos, de grupos ou de comunidades são ressignificadas pelo receptor, segundo alguns aspectos básicos – a saber, o modo como as matérias jornalísticas são enunciadas, a contextualização e o conhecimento que têm do fato, a linguagem, entre outros.

De acordo com Cádima *et al.* “Como sistema de representação e atendendo especificamente à sua função social, o facto é que os *media* raramente assumem com a clareza e rigor desejáveis a essa sua responsabilidade” (2003: 5). Desse modo,

O discurso sensacionalista, a linguagem do espectáculo do real, a actualidade trágica e a catástrofe, o *fait-divers*, a curiosidade e o monstruoso, etc., vão preenchendo o campo narrativo dos *media*, deixando pouco espaço a rigor, à contextualização e, enfim, ao humano (Ibid.).

Entende-se, desse modo, que a mídia se constitui como fonte de informação e de representação sobre os imigrantes. Apresenta-se, dessa maneira, como campo legitimador da percepção, do sentimento coletivo e dos mitos edificadas. Bem como da produção de práticas que se estabelecem na esfera pública nacional e local acerca desses indivíduos, grupos ou comunidades. Como consequência, contribui para o desenvolvimento de um imaginário que poderá alimentar o sentido social do conteúdo midiático produzido e ressignificado sobre o tema e sobre essa população.

Para Verón (1998) toda produção de sentido social é discursiva. É, por conseguinte, no discurso que o sentido revela suas orientações sociais e os fenômenos resultantes desse processo potencializam sua dimensão significativa. Dessa maneira, Steinberger (2005 apud Frege, 1978) assegura que os discursos – inclusive os jornalísticos – não refletem a realidade social: eles são passagens de sentido.

Steinberger, amparada pelos estudos sobre teorias da comunicação e do jornalismo realizados por Traquina (2004), Souza (2004) e Wolf (2001), avalia que “Nos discursos jornalísticos, a produção de sentido resulta, de imediato, de recortes que o profissional faz na substância da atualidade e de suas decisões na composição formal do texto [sonoro, visual etc.] (2005:75)”.

Nessa direção, para Orlandi (2003), o objeto da análise do discurso não é a linguagem em si, mas a relação entre linguagem, sentido e lugar social, englobando os modos como se articulam a materialidade da linguagem, as marcas formais, e o sentido social, por intermédio da análise do que se entende por imaginários sociais. Trabalha-se, então, a instância conversacional que, para Manhães (2006) determina o caráter inteligível da mensagem.

A análise de discurso lança mão, em seu percurso, dos imaginários sociais, bem como das marcas indicadoras de pessoa. Há, sempre, de se considerar que o modo como um discurso é construído nos permite identificar a presença e o modo como o enunciado foi construído pelo emissor.

Desse modo, a análise que se pretende do *corpus* dessa pesquisa busca partir da materialidade do texto, do contexto linguístico-histórico, de suas condições de produção. Considerar-se-á, ainda, o discurso como processo sempre em curso, como uma prática discursiva, que constitui a sociedade na história. Dessa maneira, o presente artigo relaciona a teoria das representações sociais ao discurso sobre a imigração e os imigrantes produzidos pela mídia nacional.

O DISCURSO MIDIÁTICO

O Brasil é um país multicultural cuja identidade tem marca na diversidade étnica, que é fruto de um intenso processo imigratório. O fluxo maior se realizou,

sobretudo, entre o terceiro quartel do século XIX e o primeiro do XX. Contudo, o crescimento econômico na Europa, no pós-guerra, faria esse movimento migratório reduzir-se a níveis mínimos. Em termos gerais, a partir da década de 1960, a migração mundial passaria a ser dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1960 o Brasil tinha cerca de 2% de sua população formada por estrangeiros, a maioria de países desenvolvidos. Em 2000, essa taxa já seria, pelo menos, dois terços inferior. De acordo com informações do PNUD, na maior parte do mundo os fluxos de imigração estão estabilizados, à exceção de países do Golfo Pérsico.

Todavia, nos países da América Latina e do Caribe foram verificadas as reduções mais significativas do fluxo migratório internacional, numa ordem significativa de queda – para menos da metade. No que diz respeito especificamente ao Brasil, o período atual é o que registra o menor número de imigrantes residentes no país: cerca de 1 milhão de pessoas, que representam aproximadamente 0,4% da população do país (Jungmann, 2009).

Entrevista do Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, publicada na Agência Brasil (Jungmann, 2009), esclarece que o perfil do imigrante que se mudou para o país a partir da década de 1990 se alterou. Do pós-guerra até a última década do século XX, se estabeleceram, sobretudo, chineses, coreanos, libaneses, ou seja, pessoas que buscavam implementar pequenos negócios e que possuíam uma característica mais empreendedora.

No período atual, entretanto, há duas diferentes configurações daquelas que se fixam no Brasil e que, paradoxalmente, representam dois extremos: por um lado, uma mão de obra qualificada e que se assenta em média por até dois anos; e, por outro, migrantes sul-americanos, sobretudo bolivianos, que atravessam a fronteira à procura de emprego e melhores condições de vida.

Balanço dos dados publicados pelo Governo Federal, após concluir a tramitação que regularizou a nova Lei de Anistia, a 30 de dezembro de 2009, revela que da maioria dos quase 42 mil imigrantes ilegais residindo no Brasil que solicitaram visto de permanência provisória, 16.881 é composta por bolivianos, seguidos por 5.492 chineses, 4.642 peruanos, 4.135 paraguaios e 1.129 coreanos. Ressalta-se que de acordo com estimativas do Serviço Pastoral dos Migrantes, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o país abriga cerca de 600 mil estrangeiros sem documentação legal (Pyl, 2009).

Nesse balanço, publicado pelo Governo Federal, um dado que chama atenção – em contraste com o imaginário da imigração no Brasil, que sempre

recorre a imagens de levas de recém-chegados, assentado numa história do processo imigratório do final do século XIX – foi o pequeno número de europeus que solicitou o benefício: 2.390. Número próximo do total de africanos, 2.700, que viviam irregularmente no país. São Paulo e Rio de Janeiro, além do Nordeste, são os locais preferenciais para assentamento dessa população (Rizzo, 2010).

Há nesses dados informações que ajudam a compor o cenário socioeconômico e cultural de parte significativa do sul do continente americano, que busca o Brasil como espaço de assentamento. “A América Latina não está completa na América Latina. Sua imagem é devolvida por espelhos dispersos no arquipélago das migrações”, observa Canclini (2008: 25).

O que quer provocar Néstor Garcia Canclini com esta fala, senão a ausência de discussão crítica, de conhecimento, o amortecimento do latino-americano sobre o latino-americano? O que conhecemos, nós brasileiros, sobre o fluxo migratório sul-americano? Neste rumo, como representa a mídia brasileira um imigrante? E especificamente o boliviano, que compreendia até o final de 2009 o maior número de ilegais residentes no país? O que entende, explica, desvenda ou expõe sobre suas práticas cotidianas de relacionamento sociocultural? Têm tais autores, produtores midiáticos, acesso a informações e bens materiais e imateriais que possibilitem o conhecimento do contexto de vida desses indivíduos migrantes?

No propósito deste *paper*, que busca discutir a representação do imigrante latino-americano na mídia nacional – para tanto, levantar e analisar a contextualização sobre esses personagens nas matérias produzidas, e identificar se as narrativas jornalísticas demonstram que se entende o significado de ser um imigrante – foram selecionadas 18 matérias publicadas no *Boletim Mobilidade Humana*. O Boletim é um periódico eletrônico de atualidades que oferece as principais manchetes do mês sobre migrações internacionais publicado pelo CSEM (Centro Scalabriano de Estudos Migratórios).

A seleção e a análise das matérias ocorreram em duas etapas: primeiro, foram escolhidas aquelas que tratassem do fluxo migratório no Brasil, o que gerou a escolha dessas 18 matérias. Posteriormente, foram separadas seletivamente as que tratassem do movimento migratório de latino-americanos no Brasil, o que provocou a exclusão de nove.

Há de se esclarecer sobre essas matérias três aspectos centrais: 1) tratam da lei de anistia a estrangeiros ilegais; 2) os bolivianos estão identificados como o principal grupo imigrante no país na atualidade; 3) uma reportagem sobre trabalho escravo de imigrantes bolivianos. As nove manchetes selecionadas para análise são:

TÍTULO DA MATÉRIA	BOLETIM/MÊS PUBLICAÇÃO
Anistia a imigrantes ilegais deve ser sancionada até 6 de julho	Boletim 53 – Ano VI – Junho 2009
Lula assina lei que anistia 50 mil estrangeiros irregulares	Boletim 53 – Ano VI – Junho 2009
Lula: imigração não equivale à criminalidade	Boletim 54 – Ano VI – Julho 2009
Número de estrangeiros no Brasil é o menor da história	Boletim 57 – Ano VI – Outubro 2009
Acordo de residência reforça igualdade de direitos para imigrantes	Boletim 58 – Ano VI – Novembro 2009
Dos 41.800 estrangeiros que receberam concessão de residência provisória no Brasil, mais de 16 mil são da Bolívia	Boletim 59 – Ano VII – Janeiro 2010
Escravidão de imigrantes é flagrada em oficina ligada à Marisa	Boletim 61 – Ano VII – Março 2010
América latina recebe cada vez mais imigrantes	Boletim 62 – Ano VII – Abril 2010
Importação de mão de obra é recorde	Boletim 65 – Ano VII – Julho 2010

As três primeiras matérias selecionadas: *Anistia a imigrantes ilegais deve ser sancionada até 6 de julho*, *Lula assina lei que anistia 50 mil estrangeiros irregulares*, e *Lula: imigração não equivale à criminalidade* – tratam do processo de anistia concedido pelo governo brasileiro a imigrantes indocumentados residindo no país. Nenhuma produz um texto contextualizado sobre o atual fenômeno da imigração no Brasil ou sobre o significado de ser um indivíduo em situação irregular.

Na primeira matéria expressam-se opiniões de membros do CSEM sobre a proposição da lei e suas possíveis repercussões. O discurso apresentado pelos entrevistados do CSEM remete às preocupações e dificuldades dos ilegais, destacando que eles têm receio até de procurar postos de saúde quando doentes. A repórter, contudo, não desdobra nem promove aprofundamento sobre a questão do cotidiano dos indocumentados.

Esclarece, entretanto, que o Brasil foi o último país do Mercosul a assinar a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias – negociado no âmbito da Organização das Nações Unidas Unidas (ONU). De acordo com Pyl, “A adesão brasileira só foi confirmada no dia 8 de dezembro do ano passado, após decisão unânime tomada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), presidido pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) (2009)”.

Observe-se, apesar disso, que essa informação é apresentada sem que se explique a justificativa do Governo brasileiro para assinar a convenção tão tardiamente, em termos de América do Sul. No parágrafo seguinte a tal informação, a matéria é concluída enaltecendo o comportamento do Governo:

Durante a 98^a Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça, evento que comemorou os 90 anos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o presidente Lula citou a aprovação da anistia, “enquanto o mundo rico anda jogando a culpa em cima dos imigrantes” (Pyl, 2009).

As outras duas matérias têm redações que indicam ser uma reprodução a partir de notícias produzidas pelas assessorias de imprensa, limitando-se a repetir frases do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante solenidade de assinatura da lei. No discurso jornalístico, a narrativa é otimista, contendo dados e enaltecendo a ação política do governo brasileiro, que se apresenta de forma humanitária, contrapondo-se às restrições impostas por países europeus e de alguns Estados americanos.

A confirmar, reprodução da fala do presidente Lula no discurso de assinatura da anistia: “Essas medidas significam que o Brasil se coloca cada vez mais à altura da lógica migratória contemporânea. Somos uma nação formada por imigrantes e que prova como as diferenças culturais podem viver em harmonia” (Borges, 2009). Apesar da relevância da lei assinada, não há, porém, em nenhuma das matérias publicadas, qualquer entrevista com imigrantes indocumentados, mesmo que sem divulgar o nome da fonte².

Também não há contextualização histórica ou mundial sobre esse fenômeno atual, que vem sendo fonte de debates internacionais especialmente após a crise econômica mundial de 2008. As matérias mantêm a pontualidade do fato, sem preocupação com aprofundamento da temática ou de fomentar a discussão apresentando as possibilidades de repercussões humanas, tanto em nível sincrônico quanto diacrônico. Ou seja, as matérias reproduzem informações repassadas por órgãos públicos de forma asséptica, evitando propor ao leitor qualquer possibilidade de compreensão do processo.

Desse modo, o discurso jornalístico não contribui para a compreensão do cotidiano dos ilegais. Não expressa suas dificuldades. Quando se aproxima de tal contexto, é pela voz de representantes de instituições – sejam elas de ações de apoio ao migrante, sejam elas governamentais. Os dados, apresentados apenas como dados, sem uma narrativa humanitária ou argumentativa, não possibilitam entender o significado de ser um indocumentado.

2. Não é propósito analisar as matérias produzidas pelas assessorias de imprensa, seus objetivos de divulgação, nem sua repercussão midiática. Não cabe, portanto, avaliar sua qualidade discursiva.

As quatro matérias seguintes: *Número de estrangeiros no Brasil é o menor da história, Acordo de residência reforça igualdade de direitos para imigrantes e Dos 41.800 estrangeiros que receberam concessão de residência provisória no Brasil, mais de 16 mil são da Bolívia* – têm como foco levantamentos feitos pelo governo com base na solicitação de regularidade de permanência dos indocumentados no país.

A primeira, mais completa, contextualiza, traz informações mais generalizadas sobre os imigrantes irregulares. Mantém-se, no entanto, restrita a depoimentos de representantes dos órgãos públicos responsáveis pelo assunto. As demais reportam dados e informações do Ministério da Justiça, reproduzindo discurso jornalístico promovido por assessorias.

O bloco final das manchetes selecionadas engloba questões relativas ao processo migratório e ao trabalho. São elas: *Escravidão de imigrantes é flagrada em oficina ligada à Marisa, América latina recebe cada vez mais imigrantes e Importação de mão de obra é recorde*. Chama atenção o fato de uma tratar do tema *escravidão*, revelando uma faceta pouco conhecida do empresariado brasileiro – a escravização de trabalhadores em geral é reduzida em termos de metrópole e mais afeita aos rincões do interior do país.

Escravidão de imigrantes é flagrada em oficina ligada à Marisa trata de uma denúncia apurada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP), e que teve acompanhamento de uma equipe de jornalistas no momento da autuação. A matéria é elaborada com foco na empresa, nos fiscais responsáveis pela ação e na realidade vivenciada pelos imigrantes no local de trabalho. Nesse ângulo, o repórter entrevistou trabalhadores que costumavam na empresa – a maioria bolivianos vindos de El Alto, no altiplano andino – que asseguraram ter sido atraídos pelos relatos de parentes que migraram anteriormente para o Brasil. Um dos entrevistados, um jovem formado em Educação Física, jurou que um dia voltará para sua terra natal a fim de “dar aulas aos pequenos e pequenas de sua comunidade”. Outro senhor, residindo no Brasil há três anos, afirma que pensa sempre em rever a família na Bolívia, mas nunca conseguiu materializar o intento. Contudo, assevera: “Mas este ano eu voltarei” (Hashizume, 2009).

Essa matéria, rica em detalhes, tem uma narrativa que procura contextualizar o processo cotidiano de quem vive de modo irregular. Nela se expressa todo o significado de ser um imigrante, como avalia Sayad (2000). Nas falas dos indocumentados se mantém o desejo de voltar à terra de origem, de ajudar aos que ficaram a construir uma nova possibilidade de vida. Os sonhos se sobrepõem à certeza de que a provação do tempo atual se superará quando retornarem para encontrar amigos e parentes que não emigraram.

Já a matéria *América latina recebe cada vez mais imigrantes* apenas faz registro de informações sobre o crescimento anual do número de migrantes que chegam à América Latina provenientes da África e da Ásia. Contudo, não aponta dados aprofundados nem faz nenhuma reflexão sobre o tema. Também a notícia *Importação de mão de obra é recorde*, por sua vez, não explora nem aprofunda informações. Limita-se a esclarecer que aumentou o número de estrangeiros qualificados que, com o crescimento da economia nacional, vieram trabalhar no Brasil.

Sobre as demais, não eleitas para a análise, as manchetes indicam o tratamento das seguintes questões: refugiados, celebração da imigração alemã no Brasil, movimento migratório interno no país, apoio às restrições migratórias impostas nos Estados Unidos e Europa relativas a brasileiros e, as demais, sobre a crise econômica e as repercussões sobre o emprego e a remessa de recursos.

Há de se destacar, entre essas nove matérias, em termos da reflexão pretendida, que a única que contextualiza e debate a proposição almejada pelo *paper* é a que trata da comemoração da imigração alemã. Nela são narradas as benfeitorias econômicas e socioculturais que a imigração alemã trouxe para o país.

A matéria comemorativa nos possibilita realizar reflexões acerca da representação da imigração passada e da atual. O discurso sobre os alemães nos remete à concepção de um povo que migra portador de uma visão do mundo desenvolvido. Aqui se estabeleceram pobres, mas tiveram descendência que edificou toda uma trajetória vitoriosa – hoje, inclusive, assentada no meio jornalístico, quer como profissional de redação, quer como empresário.

Essa imigração foi fundamental para o desenvolvimento do país, ficou marcada na memória dos descendentes pelas histórias de privações, de dificuldades experimentadas por várias gerações que empreenderam dedicação, tempo e trabalho para ajudar a construir as cidades, e, logicamente, a produzir o desenvolvimento. Delas, as novas gerações usufruem os resultados – como também se esmeram na manutenção da representação de sua narrativa épica.

Em contraste, os novos imigrantes pobres da América Latina – quase sempre sem documento e desprovidos de qualquer sopro de visão europeia de mundo – são agora considerados intrusos, estrangeiros. Esquecidos: seja porque não são europeus, seja porque o jornalismo se transformou em relato pouco afeito à narrativa contextualizada da aventura humana. A apuração rasa redundante na redação asséptica, engendrando um relato de dados, números oficiais, informações que, em plena sintonia com o propósito ordinário de levantamentos oficiais, são divulgadas nas versões das assessorias de comunicação e replicadas na mídia nacional.

CONCLUSÃO

A seleção das matérias para este artigo reforça o exposto por Cádima: o modo como o jornalismo está sendo realizado na atualidade, assentado num discurso que pouco espaço reserva à contextualização, ao humano. Fato, inclusive, que demonstra um disparate em relação à história da sociedade brasileira, configurada por vasto mosaico multiétnico. Muitos, ou a maioria, vieram pobres, em busca de trabalho, num roteiro utópico da realização de um sonho no país do futuro, construído no além Atlântico em prosa e verso.

Também se contrapõe, na atualidade, essa espécie de banimento dos horrores vividos pelos bisavós, avós e pais da imensidão de descendentes – que ao chegarem ao Brasil viveram situações de humilhação e até de trabalho escravo. Ou seja, circunstâncias a que muitos imigrantes da atualidade estão expostos, e que são, estranhamente, ignoradas pelos porta-vozes da imprensa, que são filhos, netos e bisnetos dos imigrantes do passado.

Há, entretanto, algumas diferenças do passado para o presente que requerem delimitação para melhor compreensão do processo: a imigração no final do século XIX e no início do XX foi incentivada pelo governo. Em São Paulo, por exemplo, havia o propósito de atender o objetivo de fornecer mão de obra a empresários; no Sul e no Espírito Santo, promovia-se a colonização de áreas ainda não habitadas.

A imigração daquele período era formada por povos vindos da Itália, Alemanha, Suíça, Polônia, enfim, da Europa. Europeus pobres, mas brancos, que ajudariam no desígnio sociopolítico de branqueamento da população brasileira. O processo migratório atual é composto por latino-americanos, na grande maioria índios bolivianos, não-brancos, só irmanados no fato de serem igualmente pobres, como os europeus de outrora.

São índios bolivianos pobres que vêm trabalhar nas fábricas têxteis, mas que não portam uma visão de mundo desenvolvido e nem sequer possuem qualificação profissional que sirva ao apelo do discurso economicista de agregação de valor ao trabalho. Desse modo, se depreende como a representação do imigrante atual – seja para as assessorias governamentais, seja para os jornalistas – é aquela que subliminarmente o dissocia de um contexto histórico e sociocultural e o atrela à condição de um intruso sem valor, segundo a visão racional econômica apresentada na narrativa jornalística.

Os indícios subliminares dessa narrativa se estruturam por meio das apresentações dos levantamentos produzidos pelos órgãos públicos e reproduzidos nas matérias jornalísticas. Contudo, nelas não se reflete sobre o ser imigrante, sobre o significado de seu trabalho. Neste sentido, indaga-se: qual a representação dos jornalistas sobre o latino-americano? E, como consequência, não

seria preconceituosa tal representação? As matérias produzidas e analisadas não sinalizam no sentido do preconceito, mas se demonstram claramente uma constante firmeza assentada na ignorância e na indiferença.

Indicam, por sua vez, uma excessiva preocupação em repassar informações de órgãos governamentais e uma despreocupação em contextualizar, em humanizar o cotidiano dos cidadãos indocumentados. Eles, tal como alerta Gibney (2009), normalmente são pessoas que passaram a maior parte das suas vidas em um país mais pobre, e, agora, têm pouca oportunidade de acumular capital no Brasil – mas sonham em fazê-lo, para retornar à terra natal com o mínimo de dignidade.

Afinal, desejam construir um futuro melhor para eles próprios e para os seus, tal como imaginaram e conquistaram os milhares de imigrantes que aqui se assentaram. Pois somos todos tecedores de uma longa aventura humana, que, miticamente, ensina que o retorno vitorioso para casa é o prêmio dos expatriados. **M**

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- CÁDIMA, Francisco Rui *et al.* Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa. *OBERCOM*, Observatório de Comunicação. Lisboa, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. Prefácio. In: Maria Pauliukonis; Sigrid Gavazzi (Orgs.). *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação na sociologia contemporânea. *Estudos de Sociologia*. V. 10, n.18/19. Araraquara: 2005, p.145-161.
- MANHAES, Eduardo. Análise de discurso in DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. S Paulo: Atlas, 2006.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas (SP): Pontes, 2003.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Revista do Migrante*. Ano XIII, número especial, janeiro, 2000, p.7-32.
- SOUZA, Jorge Pedro. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2005.

- TRAQUINA, Nelson. *Teorias de jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.
- VERÓN, Eliseo. *La semiosis social*. Barcelo: Gedisa, 1998.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2001.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Endereços eletrônicos

- BORGES, Laryssa. Lula assina lei que anistia 50 mil estrangeiros irregulares. *Portal Terra*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI3855403-EI306,00.html>>. Acesso em: 15 jul. 2010.
- GIBNEY, Matthew. Precarious residents: migration control, membership and the rights of non-citizens. In: *Human Development Research Paper*. United Nations Development Programme, 2009/10. April, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009_10.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2010
- HASHIZUME, Maurício. Escravidão é flagrada em oficina de costura ligada à Marisa. *Ong Repórter Brasil*. 17 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1714>>. Acesso em: 17.03.2010
- JUNGNANN, Mariana. Mudança no perfil de imigrante faz número de estrangeiros no Brasil ser o menor da história. *Agência Brasil*. 25 out. 2009. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/arquivo/node/341285>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- PNUD. Brasileiro apoia restrições a imigração. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2217>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- PYL, Bianca. Anistia a imigrantes ilegais deve ser sancionada até 6 de julho. *Repórter Brasil*. 22 jun. 2009. *Correio Braziliense*. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1597>>. Acesso em: 15 mar. 2010
- RIZZO, Alana. Dos 41.800 estrangeiros que regularizaram residência no Brasil, mais de 16 mil são da Bolívia. 7 jan. 2010. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/01/07/interna_brasil,164971/index.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2010.

Artigo recebido em 28 de julho de 2011 e aprovado em 26 de novembro de 2011.